

Arnd Küppers

Por Liberdade e Justiça

Por ocasião do 200º aniversário do “Bispo dos Trabalhadores” - Wilhelm Emmanuel von Ketteler

O próximo dia de Natal marcará o segundo centenário do aniversário do “Bispo dos Trabalhadores”, Wilhelm Emmanuel von Ketteler (1811–1877). O Papa Leão XIII, que, em 1891, publicou *Rerum novarum*, a primeira encíclica social, teria se referido a ele como seu grande predecessor. É o que escrevem, há gerações, os biógrafos de Ketteler e cientistas sociais católicos.¹ Ainda que, infelizmente, nenhum deles informe com precisão quando e onde o Papa Leão XIII teria feito tal declaração, assim lançando dúvidas sobre sua autenticidade, a citação ao menos parece algo bem inventado. Pois, de certa forma, Ketteler é, de fato, o progenitor da doutrina social católica. Provavelmente terá sido, no século XIX, o mais importante precursor do moderno pensamento ético-social dentro da Igreja. Isto é, foi um dos primeiros a perceber que os problemas sociais inerentes à industrialização e modernização da sociedade não poderiam ser combatidos exclusivamente pelos meios tradicionais da caridade cristã, mas que representavam um desafio político.

Por esta razão, o Cardeal Reinhard Marx deu o título *Christ sein heisst politisch sein* (Ser cristão é ser político, em tradução livre) ao livro que publicou recentemente, em que homenageia a vida e obra de Ketteler. Através da parábola do Bom Samaritano (Lc 10, 25-37), o Cardeal Marx explica o que foi e continua sendo inovador na perspectiva ético-social quando comparada à tradicional ética individual da virtude dentro da teologia moral. Se, numa interpretação baseada na ética da virtude, esta parábola representa um apelo para que não se abandonem os explorados à beira da estrada, mas que lhes seja oferecida ajuda, a ética social enxerga além da sorte e da situação concreta de cada um: sua questão principal seria como tornar a estrada entre Jericó e Jerusalém mais segura, evitando, desta maneira, futuros ataques.

Naturalmente, ambas as perspectivas estão intimamente ligadas, uma vez que a caridade não representa apenas a motivação para a ajuda individual, mas também o motor do engajamento político: “A caridade cristã atuante visa também questões estruturais de justiça, que devem ser repensadas e modificadas a cada vez que surge uma nova condição.”² Neste sentido, a doutrina social não é uma renegação da essência da Igreja, mas uma “diaconia político-social,”³ ou seja, a realização de um dos três princípios básicos do serviço eclesial: liturgia, martíria, diaconia. Pois, de acordo com a justificativa concisa de Ketteler, “A questão social toca no depósito da fé (*depositum fidei*)”.⁴

Com o desenvolvimento de uma doutrina social, ou de uma ética social, que toma por base a metodologia e a análise das ciências sociais, a Igreja e a teologia consideram que as adversidades sociais existentes nas sociedades de massa altamente complexas da atualidade são muito mais devidas a causas estruturais do que à má conduta moral dos indivíduos. O que possibilitou este aprendizado

foi a problemática dos trabalhadores instaurada na Europa e nos EUA no decorrer da industrialização. A situação de miséria dos trabalhadores nas primeiras sociedades industriais deveu-se menos à malícia dos proprietários de fábricas do que ao fato de o capitalismo inicialmente ter-se desenvolvido em um espaço sem lei, sem regulamentação, como se diz hoje. Portanto, na sociedade moderna, é bem mais importante do que nos tempos do Bom Samaritano não apenas oferecer apoio às vítimas das injustiças sociais, mas, na medida do possível, evitar que se produzam tais condições. Ketteler foi um dos primeiros a reconhecer e propagar estas ideias, e não apenas dentro da Igreja.

Porém, o engajamento político de Ketteler não se limitava apenas às questões sociais e a sua atuação em prol da justiça social. O segundo de seus “dois grandes temas da vida”⁵ foi a liberdade. Isto foi lembrado pelo Papa Bento XVI durante sua visita à Alemanha, em final de setembro. No discurso que proferiu durante a cerimônia oficial de boas-vindas, oferecida pelo Presidente Christian Wulff nos jardins do Castelo Bellevue, citou Ketteler com as seguintes palavras: “Assim como a religião precisa da liberdade, a liberdade também precisa da religião.”⁶

Antimodernismo Católico e Anticlericalismo Social

A frase citada acima provém do ano de 1848. Foi pronunciada por Ketteler durante um discurso improvisado na Assembléia Geral das Associações Católicas, o Primeiro Encontro de Católicos da Alemanha. Na época, a realização deste evento foi motivada pelas dificuldades do Catolicismo em entender e acompanhar a modernização da sociedade, a qual, por outro lado, também não aceitava certos aspectos do Catolicismo. O episódio que sinalizou o início da Modernidade na Europa, a Revolução Francesa, abalou os alicerces da Igreja. Em poucos anos, esta sofreu uma dramática erosão em seu poder político, construído durante séculos, e em sua força econômica.

Porém, não foram apenas estas circunstâncias concretas que forjaram o antimodernismo e integralismo característicos do Catolicismo europeu do século XIX, isto é, esta tendência a se recolher numa redoma intelectual e social. Ao antimodernismo católico correspondia um anticlericalismo amplamente disseminado nas elites burguesas. Muitas mentes esclarecidas do século XIX viam o Catolicismo como relíquia de um passado obscuro, uma superstição irracional. Em quase todo o território alemão as oportunidades de católicos fazerem carreira nas universidades, na política, na oficialidade e em outros círculos de elite eram muito reduzidas. Em sua busca por auto-afirmação social, os assim excluídos e marginalizados reuniam-se obstinadamente em torno de sua Igreja e seu antimodernismo era – falando em terminologia hegeliana – parte de uma “luta por reconhecimento”.⁷ Não só a ordenação de sacerdotes e as ordens religiosas aumentaram enormemente, como também se procurou organizar os católicos laicos em associações. Este foi o momento do nascimento do Catolicismo Associativo que, durante cerca de 100 anos, formaria a argamassa do meio católico na Alemanha. Fundaram-se associações católicas para todos os grupos de pessoas e setores de vida possíveis. E, para servir de encontro anual destas associações, foi instaurada a Assembléia Geral, a primeira no turbulento ano da Revolução, 1848.

Decididamente católico

Ketteler havia sido convidado para esta Assembléia Geral como deputado da Assembléia Nacional, que se reunia na Igreja de São Paulo em Frankfurt para elaborar a Constituição de uma Alemanha unificada. Originalmente, seu projeto de vida havia sido bem diferente. Nascido de uma família de nobres da antiga Vestfália, inicialmente estudou Direito e ingressou no serviço público da Prússia. Entretanto, ocorreu um incidente que equivaleria a um furioso primeiro ato no drama das lutas da Igreja na Alemanha, impondo um rumo decisivo à vida de Ketteler: seu empregador, o Estado da Prússia, destituiu, em 1837, o Arcebispo de Colônia, Clemente Augusto zu Droste-Vischering (1773-1845), de sua função e o colocou na prisão. O motivo para tal foi um conflito bastante intrincado a respeito da chamada “questão dos casamentos mistos,” ou seja, a aplicação do direito legal e do direito canônico a casamentos entre cônjuges de confissões diferentes. Em cumprimento das exigências canônicas, o Arcebispo de Colônia havia instruído seus sacerdotes a celebrarem tais casamentos apenas sob a condição de os noivos prestarem um juramento de que os filhos advindos deste matrimônio fossem batizados na Igreja Católica. O governo da Prússia, no entanto, havia emitido um decreto segundo o qual os filhos de casamentos mistos deviam ser educados na confissão do pai, por princípio. Por este motivo, o governo interpretou as instruções do Arcebispo como sendo uma convocação pública à violação da lei e intimou-o à renúncia do cargo. Quando o intransigente homem recusou-se, foi sumariamente deposto e levado à prisão em Minden.

Este foi um ato arbitrário, com motivação política. O governo prussiano havia agido injustamente diante dos olhos de todos, o que, no entanto, não impediu que muitos protestantes conservadores e até muitos liberais aplaudissem as autoridades. Ketteler viu-se obrigado a tomar uma decisão e demitiu-se do Estado prussiano. Foi para Munique e juntou-se ao grupo que havia se formado em torno de Joseph Görres (1776-1848), professor da universidade local e também líder do Movimento de Renovação Católica. Lá, decidiu-se pelo estudo da teologia e ingressou no seminário.

De pastor dos camponeses a porta-voz dos bispos alemães

Já em suas primeiras funções de assistência religiosa, como capelão em Beckum (1844-1846) e padre em Hopsten (1847-1849), uma pequena comunidade no extremo norte de Tecklenburg, ficou evidente que Ketteler sentia-se responsável não apenas por atender às necessidades espirituais das pessoas a ele confiadas, mas também às suas necessidades sociais. Em Beckum, iniciou a construção de um hospital e, em Hopsten, trabalhou até a exaustão, auxiliando os camponeses pobres de sua comunidade a sobreviverem ao inverno da fome entre 1846-47.

Quando, em 1848, irrompeu a revolução na Alemanha, seus companheiros o incentivaram a se candidatar à Assembléia Nacional. A oração fúnebre que fez para dois colegas de Parlamento assassinados e o discurso proferido durante o Primeiro Encontro de Católicos — citado pelo Papa Bento XVI — fizeram dele, em pouco tempo, uma celebridade nacional. Naturalmente, passou a ser convocado para postos mais elevados. Foi-lhe oferecida a paróquia mais importante e ao mesmo tempo a mais difícil do Reino da Prússia: a de Santa Edwiges, em Berlim. Somente após insistente persuasão, tanto por parte estatal quanto por parte da

Igreja, finalmente aceitou a oferta, tornando-se o Prior de Berlim e delegado episcopal e soberano para Mark Brandemburgo e Pomerânia.

Para Ketteler, no entanto, Berlim não significou mais do que uma escala em sua trajetória. Pois, em Roma também começavam a tomar conhecimento de sua pessoa, o que fez com que fosse nomeado Bispo de Mainz pelo Papa Pio IX em 1850. Com este cargo, ficou no epicentro dos crescentes conflitos entre política e Igreja. Conseguiu manter boas relações com o governante de seu estado, o Grão-Duque de Hesse-Darmstadt, por um período consideravelmente longo. Entretanto, como Bispo Sufragâneo da província eclesiástica da Alta Renânia, testemunhara, já em 1853, quando seu Metropolitano, o idoso Arcebispo de Freiburg Hermann von Vicari (1773-1868), foi posto sob prisão domiciliar durante o conflito que envolvia a Igreja em Baden. Desde este conflito e nos que se seguiram ao longo dos anos, resultantes da *Kulturkampf* (luta pela cultura, em tradução livre) iniciada em 1871 e que agravou ainda mais o enfrentamento entre Estado e Igreja, Ketteler rapidamente foi assumindo o papel de um dos porta-vozes mais destacados da Igreja. Este papel não ficou restrito à esfera da política eclesiástica. Desde a década de 60 do século XIX, Ketteler frequentemente se manifestava de forma proeminente, inclusive em assuntos da política social. Tornou-se a consciência social da Igreja e recebeu do povo o título honorário de “Bispo dos Trabalhadores”.

Ultramontano, porém pertinaz

Ketteler tampouco se furtava aos conflitos internos da Igreja. Muitos ficavam surpresos ao ver que o bispo, tido como rigorosamente ultramontano, havia se tornado, durante a discussão sobre a dogmatização da infalibilidade papal, um dos porta-vozes daquela minoria de bispos do Concílio Vaticano I (1869-70) que se voltaram contra a dogmatização. Politicamente, era bastante movido pelo pragmatismo. Não queria provocar um agravamento ainda maior do conflito entre Igreja e Estado. Do ponto de vista teológico, não negava terminantemente a infalibilidade, mas procurava eliminar seus equívocos absolutistas. Para não se ver na obrigação de votar contra a maioria, abandonou precocemente o Concílio. Sem dúvida, reconheceu o dogma, mas frisou, ao contrário de outros teólogos de seu tempo, a ligação essencial da infalibilidade papal a questões de fé da Igreja. Com isto, apresentou uma interpretação teológica do primado Papal que, em suas linhas básicas, está em total conformidade com a eclesiologia do Concílio Vaticano II (1962-65).

A estreita ligação de Ketteler com Roma e principalmente sua veneração pelo Papa Pio IX ficaram preservadas, inclusive após o Concílio. Por isto, teve o grande desejo de participar das comemorações do Jubileu de Ouro Episcopal do Papa, previstas para o início do verão de 1877. Ainda não recuperado de uma infecção que o acometera, partiu em viagem, à qual não iria sobreviver. Após as festividades, deixou Roma em estado muito debilitado e faleceu durante a jornada de regresso, em 13 de julho de 1877, no Convento dos Capuchinhos de Burghausen, em Altötting.

A liberdade e as liberdades da Igreja

No século XIX, durante o confronto com a Igreja Católica, muitos liberais defendiam que o fim justificava os meios. Isto ficou evidente não apenas quando

os liberais aprovaram no Landtag prussiano (parlamento estadual) e no Reichstag as leis da reforma de Bismarck formuladas em sua *Kulturkampf*. Para alcançar o objetivo de quebrar a influência política e social da Igreja, aceitavam até mesmo abandonar os intocáveis princípios do liberalismo clássico, sobretudo o ideal da soberania da lei. O objetivo do liberalismo clássico era restringir o poder e a força de coerção do Estado, não importando quem o exercesse, subordinando-o às regras gerais. Para os liberais do século XIX, importava que o poder fosse exercido pelas mãos certas, o que, para os liberais nacionais, significava a elite burguesa e, para os liberais radicais, a maioria absoluta. Uma vez estando o poder no lugar entendido como certo, os novos liberais não queriam impor-lhe muitas restrições. Pois também entre eles se havia perdido a clássica confiança dos liberais nas vantagens de um desenvolvimento social o mais livre possível, cedendo lugar ao ideal de um planejamento racional.

Em seus escritos, Ketteler conseguiu especificar muito bem estas deficiências e incoerências de seus contemporâneos liberais. Em seu livro *Freiheit, Autorität und Kirche* (Liberdade, Autoridade e Igreja em tradução livre), de 1862, Ketteler escreve que “O liberalismo moderno é, em sua essência, inteiramente a favor da onipresença governamental, tratando-se, sem dúvida, de uma herança intelectual e de um legado da monarquia e burocracia absolutistas dos séculos passados. Difere destas apenas externamente, pelo uso de palavras que parecem aludir ao contrário, ou pelos órgãos que manipulam o poder, enquanto sua verdadeira essência, que sempre volta a transparecer, é de centralização intolerante e inescrupulosa, de onipotência do Estado em detrimento da liberdade individual e corporativa”.⁸

Ainda que, aqui, Ketteler defenda a liberdade individual e corporativa contra o estatismo de sua época, não deve ser interpretado precipitadamente como liberal. Para Ketteler, tratava-se de defender, em seus escritos, as antigas liberdades tradicionais pregadas pela Igreja, e não a liberdade individual do indivíduo autônomo, no sentido do liberalismo clássico. É uma ironia da história que os católicos, ao defenderem a liberdade e o direito de autonomia da Igreja contra os excessos de uma burocracia desenfreada, passassem a ser vistos de forma diferente na modernidade. Este desenvolvimento fica bastante evidente nos textos de Ketteler. O autor se atém ao conceito liberal de direito e ordem — que em princípio era rejeitado — para defender a Igreja das hostilidades e excessos do Estado: “Se o liberalismo moderno fosse honesto e coerente, teria, apesar de seus princípios equivocados, que reconhecer o princípio da autonomia e autodeterminação, pois, assim, ao menos seria possível conviver com ele pacificamente dentro de um Estado.”⁹ A referência ao conceito liberal de liberdade permanece formal e instrumental, Ketteler enfaticamente mantém distância do liberalismo como ideologia.

No entanto, não devemos subestimar a importância deste esforço de reconstrução das liberdades tradicionais no contexto do entendimento moderno e liberal de liberdade. Em uma época na qual a maioria dos católicos repudiava o ideário liberal em sua totalidade, como se fosse coisa do demônio, Ketteler e alguns poucos engendraram uma discussão produtiva com o liberalismo. E, como é de se esperar em uma boa controvérsia, houve avanços no entendimento. Enquanto Ketteler procurava compreender o pensamento de seus adversários e descobrir contradições internas ou preconceitos ideológicos, também aguçou o

olhar sobre a consistência de sua própria ideologia católica. Os ataques ao Catolicismo em nome da liberdade obrigaram a Igreja e a teologia a fazer uma nova reflexão sobre a própria concepção de liberdade, genuinamente cristã. Neste processo, reconheceram que a fé cristã era incompatível com as antigas estruturas de poder autoritário e tutela intelectual, dos quais a Igreja, à primeira vista, havia se beneficiado durante séculos. Neste contexto, é possível encontrar, já em Ketteler, considerações surpreendentes sobre a questão da liberdade religiosa e de consciência: “A Igreja reverencia tanto a liberdade de consciência e de religião que condena qualquer pressão externa sobre aqueles que a ela não pertencem, considerando-a imoral e totalmente ilegítima”.¹⁰

Propriedade compromete

A questão social também foi abordada por Ketteler em seu discurso no Encontro de Católicos da Alemanha em 1848. Referiu-se ao tema como “a questão mais difícil ainda não solucionada por qualquer disposição legal ou modelo de Estado.”¹¹ O discurso impressionou tanto seus ouvintes que, naquele ano, foi convidado a proferir os tradicionais Sermões de Advento na Catedral de Mainz. Nestes sermões, Ketteler retomou o tema da questão social. É verdade que, àquela época, ainda não havia se dedicado a uma análise realmente fundamentada da questão ético-social nem elaborado uma solução através da política social. Ainda acreditava que a questão dos trabalhadores era menos ligada a questões sócio-econômicas e mais a causas religiosas: “O abandono da fé cristã é a causa de nossa ruína, sem esta percepção não há salvação,”¹² pregava.

Apesar de não representarem uma análise sócio-científica fundamentada, os Sermões de Advento de Ketteler são mencionados, com razão, em todas as homenagens a sua atuação social e ético-social. O motivo é que — fazendo referência essencialmente a Tomás de Aquino (1225-1274) — evocam aos seus contemporâneos o conceito tradicional cristão de propriedade, estreitamente ligado à crença da criação. Deus, como Criador do mundo, é o verdadeiro e único proprietário de todos os bens terrenos. Em contrapartida, o direito humano à propriedade é limitado, não sendo para Ketteler um direito de disposição, mas apenas um direito de uso, no qual distingue dois aspectos: “primeiramente, o direito dos cuidados e da administração e, em segundo lugar, o direito de usufruto.”¹³ E a questão decisiva aqui é: o proprietário humano somente poderá privar seu semelhante dos cuidados e da administração dos bens, mas não de seu usufruto. Os “frutos, o homem [...] nunca deverá enxergar como sua propriedade, mas como bem comum, e deverá, portanto, estar disposto a dividi-los com os outros, em caso de necessidade.”¹⁴

Com isto, Ketteler formula o princípio “Propriedade compromete!”, que posteriormente foi incluído no artigo 14 da Constituição, que se refere ao Direito de Propriedade. Fez questão de que este conceito cristão de propriedade fosse decididamente desvinculado do liberalismo e também do socialismo daquela época. Contra o lema da abolição da propriedade privada constante no Manifesto Comunista (também publicado em 1848!), defendia o direito de propriedade. Contra o “absolutismo da propriedade” presente no liberalismo, enfatizava a responsabilidade social da propriedade. Para Ketteler, certamente, ainda não se tratava de um princípio legal, mas puramente moral. Naquele momento, ainda não

defendia intervenções do governo no direito de propriedade com vistas ao financiamento da política social do governo. Os problemas sociais deveriam ser resolvidos por meio da caridade ativa dos ricos em prol dos pobres.

Solidariedade dos trabalhadores e reforma social

Inicialmente, Ketteler manteve esta opinião, ainda que sendo bispo. Por este motivo, ficou ainda muito tempo sem participar das discussões de reforma e política social de sua época. Como bispo, dava mais importância à expansão das estruturas de assistência caritativa em sua diocese. Servia-se do apoio de diversas ordens apostólicas, algumas das quais trouxe inicialmente a sua diocese com este fim específico, dando origem a diversas instituições de ajuda a doentes, inválidos, órfãos ou a jovens mulheres desempregadas.

Em 1863, as discussões de política social na Alemanha começaram a ficar mais movimentadas. No início daquele ano, o deputado social-liberal prussiano Hermann Schulze-Delitzsch publicou seis conferências que havia proferido diante da Associação dos Trabalhadores de Berlim. Já o próprio título do livro *Capitel zu einem deutschen Arbeiterkatechismus* (Capítulo para um catecismo do trabalhador alemão, em tradução livre) poderia ser interpretado como provocação pela parte católica. Nele, Schulze-Delitzsch propagava a ideia da auto-ajuda dos trabalhadores, mais precisamente a ideia do cooperativismo, como já era praticado na Inglaterra, na época. O socialista Ferdinand Lassalle também se baseou neste conceito e passou a incentivar as cooperativas de produção, em cuja implantação via a única possibilidade de solucionar a questão dos trabalhadores. Ambas as propostas atraíram grande atenção do público. Uma apresentação de Lassalle no dia 20 de maio de 1863, em Mainz, foi muito bem recebida, inclusive por trabalhadores católicos. Poucos dias depois, em 23 de maio, foi fundado o *Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein* (Associação Geral dos Trabalhadores Alemães) em Leipzig, o primeiro partido social-democrata da Alemanha, que também contou com a presença de trabalhadores católicos.

Ketteler, que já estava convencido da urgência da questão operária, além de possuir aguçado instinto político, começou a se ocupar mais detalhadamente das propostas de reforma social apresentadas pelas duas alas de adversários ideológicos. Decidiu estudar os escritos sobre economia e política social de sua época e publicou, já em 1864, seu próprio livro sobre o assunto: *Die Arbeiterfrage und das Christentum* (A questão operária e o Cristianismo). Com esta obra, Ketteler abandona a ideia de que as questões dos trabalhadores possam ser resolvidas substancialmente através dos meios da assistência caritativa. O livro mostra um claro entendimento das relações fundamentais da economia. Ketteler justifica detalhadamente os motivos pelos quais ele, como bispo, e a comunidade da Igreja em geral não poderiam ficar indiferentes à questão social, devido à dimensão que esta adquiriu. A miséria de muitos trabalhadores e suas famílias tocava a dignidade das pessoas afetadas. Os cristãos, que acreditam ter Deus se feito homem para devolver-lhes a dignidade, não poderiam permitir que esta dignidade lhes fosse novamente tomada por condições sociais criadas por eles mesmos. Como modelo de solução, Ketteler acreditava — assim como seus contemporâneos Lassalle e Schulze-Delitzsch — na “ideia grandiosa”¹⁵ das cooperativas. Como Lassalle, também dirigiu o foco sobre as cooperativas de

produção, mas, ao contrário dos social-democratas, rejeitou a ideia de seu financiamento pelo Estado.

Voltando-se à política social

Em seu livro publicado em 1864, Ketteler dedica-se à ideia da reforma social, pois continuava não desejando uma política social por parte do Estado. No entanto, apenas um ano após a publicação deste, em um discurso diante da Associação de Moços em Mainz 1865, Ketteler mais uma vez reviu sua posição. Havia chegado à convicção de que, sem o Estado, a questão dos operários não teria solução. Esta reviravolta foi tão clara e, para um bispo católico, tão extraordinária, que seu discurso foi reimpresso pelo jornal *Sozial-Demokrat*, da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães.

Agora, Ketteler havia chegado a uma posição que, em suas características básicas, corresponde à doutrina social católica moderna e, com todo direito, merece ser denominado seu precursor. Sua trajetória pode ser descrita resumidamente da seguinte forma: da assistência caritativa, passando pela ideia da reforma social, até chegar à política social. Seus dois textos mais importantes de política social foram escritos em 1869. Trata-se de dois discursos que imediatamente alcançaram, em formato impresso, grande repercussão. O primeiro discurso foi proferido por ocasião de uma missa celebrada para 10.000 trabalhadores, na “Liebfrauenheide”, próximo à cidade de Offenbach. É considerada a “Carta Magna do movimento cristão dos trabalhadores.”¹⁶ O segundo texto foi escrito para ser apresentado na Conferência Episcopal de Fulda, e foi através deste que Ketteler pode convencer seus colegas de episcopado sobre suas inquietações a respeito de política social. Nada lhe garantia que seria bem sucedido. Como já expusemos, alguns anos antes, Ketteler havia apoiado o conceito da assistência caritativa. Durante séculos, a assistência aos pobres havia sido domínio da Igreja. O fato de os bispos católicos se mostrarem dispostos, no auge dos debates político-eclesiásticos, a colaborar com o Estado nesta área demonstra a visão de futuro e a capacidade persuasiva de Ketteler.

Para Ketteler, uma política social do Estado significava, antes de tudo, a existência de uma legislação que protegesse o trabalhador, incluindo, por exemplo, a limitação da jornada de trabalho, a implantação da folga aos domingos ou a proibição do trabalho infantil. Se comparada a uma concepção moderna de política social, naturalmente não seria suficiente, mas Ketteler estava apenas no princípio desta nova ideia. Para a maioria de seus contemporâneos, só existia uma alternativa, a de ser contra ou a favor do capitalismo. Os protagonistas do confronto ideológico entre estas duas posições antagônicas eram os liberais e os socialistas. No entanto, Ketteler reconheceu logo de início que, além dos seus aspectos mais obscuros, a economia de mercado também apresentava benefícios econômicos. Desta forma, a solução que propôs foi o controle do capitalismo pelo Estado social. “Já que o sistema todo não é revogável”, explicou diante da Conferência Episcopal, “é muito importante amenizá-lo, procurar os respectivos remédios para cada consequência grave, permitindo que os trabalhadores, na medida do possível, possam ter participação no que há de bom no sistema, nas suas bênçãos.”¹⁷ Este é, afinal, o caminho do meio entre o capitalismo do “laissez-faire” e a utopia socialista, como foi concretizado após a II Guerra Mundial pelo

modelo europeu da economia social de mercado. Desta forma, os trabalhadores marginalizados pela próspera sociedade de mercado burguesa tornaram-se cidadãos com poder de compra e a sociedade capitalista de classes transformou-se na sociedade civil compradora.

Modelo permanente

Wilhelm Emmanuel von Ketteler é, sem dúvida, uma figura histórica significativa, que merece a comemoração de seu 200º aniversário. Mas, teria ele alguma outra mensagem a nos transmitir? O Cardeal Reinhard Marx responde a esta pergunta de forma claramente afirmativa: “Na época do auge de seus discursos de ciência social, Ketteler participou, como cristão e bispo, dos debates políticos em torno da questão dos trabalhadores... Perseguiu o objetivo de implementar a ideia da caridade cristã, diante de desafios sociais concretos. Manteve-se sempre atento e disposto a aprender. E, com esta atitude, pode servir de modelo também para nós, cristãos e cristãs da atualidade.”¹⁸

Porém, não só a atitude básica como também o conteúdo da mensagem de Ketteler são bastante significativos considerando-se os debates atuais de política social. Àqueles que, em princípio, questionam a prerrogativa moral do Estado social moderno e recomendam sua redução a mero garantidor de um mínimo de subsistência sócio-cultural, devemos contra-argumentar — propagam um real passo atrás, um retrocesso nas conquistas da civilização, que afetam o cerne do modelo europeu de economia social de mercado. Não apenas na biografia de Ketteler, mas em todo o desenvolvimento do pensamento sócio-político, desde seu início no século XIX, é possível reconhecer uma evolução, passando de mero modelo de assistência aos pobres a um abrangente sistema de segurança social. Neste sistema social não se trata apenas de alimentação material, mas de uma abrangente integração social dos necessitados.

Política social, no sentido da economia social de mercado “é mais do que uma ambulância que corre atrás do desenvolvimento econômico resgatando os feridos,”¹⁹ como muito bem descreveu, certa vez, Norbert Blüm. Trata-se, principalmente, de evitar que ferimentos aconteçam. Portanto, uma política social nestes moldes pressupõe que, havendo relações de mercado assimétricas, a parte contratual mais fraca seja protegida contra a mais forte, evitando que esta use de forma injusta o seu poder econômico ou a vantagem que a posse de informações lhe garante. Este é o motivo pelo qual existem, em uma economia social de mercado, direitos especiais de proteção garantidos pela legislação trabalhista, pela lei do inquilinato ou pelo direito do consumidor.

Um objetivo central da política social deve ser o combate à marginalização e à exclusão social. Este problema continua sendo atual, mesmo que nos dias de hoje se manifeste de outras formas, ao contrário do que ocorria no século XIX. Em particular, as pessoas sem ou com pouca qualificação profissional encontram grandes dificuldades de se integrarem por completo em uma sociedade que continua sendo, em grande parte, uma sociedade burguesa de consumo. Neste contexto, uma situação de permanente desemprego involuntário não significa apenas uma considerável limitação material para os afetados, mas também uma ampla exclusão de setores sociais fundamentais da vida e das relações de comunicação.

Nos últimos anos, tem aumentado a frustrante percepção de que as estruturas transferidas do Estado assistencial, que apostam principalmente em redistribuição de renda e compensação material, não estejam sendo eficazes no combate a estes mecanismos de exclusão, chegando mesmo a fortalecê-los. Em busca de uma solução para a miséria, a visão de política social de Ketteler não apresenta respostas concretas, mas talvez aponte para a direção em que valesse a pena procurá-las. Ketteler definitivamente dedicou toda sua vida à questão da auto-ajuda e entendia a política social como ajuda para a auto-ajuda. Seu ideal era o do Estado social subsidiário. Ou seja, não se trata apenas de administrar e suavizar financeiramente a falta de liberdade entendida como falta de oportunidade de realização social, mas de criar oportunidades e, desta forma, possibilitar a participação na sociedade.²⁰ Numa sociedade do conhecimento tão complexa quanto a nossa, isto significa combater os mecanismos de exclusão o mais precocemente possível. Em particular a política familiar e educacional precisa ser entendida nos dias de hoje muito mais como política social preventiva. Sendo assim, é fundamental garantir às crianças de famílias socialmente desprivilegiadas oportunidades de participação na riqueza cultural, social e material de nossa sociedade o mais cedo possível, por meio da implementação de instrumentos adequados de política familiar e educacional para evitar que caiam na sina da dependência vitalícia dos alimentos públicos.

A atual crise da dívida pública mostra que o excesso de endividamento das contas públicas atingiu o limite de sua capacidade. Isto inevitavelmente levará a um debate fundamental sobre as futuras possibilidades e as limitações da política social nos próximos anos. Tratará das condições existenciais da vida humana e do bem estar da sociedade como um todo. Para Ketteler, este teria sido um motivo para participar ativamente deste debate. E hoje em dia também todos os cristãos e cristãs deveriam participar.

Notas:

¹ A citação é encontrada em Fritz Vigener, *Ketteler. Ein deutsches Bischofsleben des 19. Jahrhunderts*, Munique/Berlim 1924, 732. Entre muitos outros, é também empregada pelo nector das ciências sociais católicas no século XX: Oswald von Nell-Breuning, *Kirche und Arbeiterschaft. Zum Streit um die gleichnamige Synodenvorlage*, em: *Stimmen der Zeit* 193 (1975), 339 – 352, aqui: 348.

² Cardeal Reinhard Marx, *Christ sein heißt politisch sein. Wilhelm Emmanuel von Ketteler für heute gelesen*, Freiburg i Br., entre outros, 2011, 12.

³ Ursula Nothelle-Wildfeuer, *Gesellschaftlich-politische Diakonie der Kirche. Grundfunktion oder Zerrbild von kirchlicher Seelsorge?* Em: Müller, Philipp/Windisch, Hubert (Ed.), *Seelsorge in der Kraft des Heiligen Geistes. Festschrift für Weihbischof Paul Wehrle*, Freiburg, entre outros, 2005, 141–160.

⁴ Wilhelm E. v. Ketteler, *Schriften, Aufsätze und Reden 1867 – 1870 (Sämtliche Werke und Briefe, Vol. I/2)*, Mainz, 1978, 435.

⁵ Marx (Nota nr. 2), 44.

⁶ Wilhelm E. v. Ketteler, *Schriften, Aufsätze und Reden 1848 – 1866 (Sämtliche Werke und Briefe,*

Vol.I/1), Mainz 1977, 18.

⁷ Conf. Axel Honneth, *Kampf, Kampf um Anerkennung. Zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte*, Frankfurt a. M. 1992.

⁸ Ketteler (Nota nr. 6), 280.

⁹ Ibid., 282

¹⁰ Ibid., 303 seg.

¹¹ Ibid., 18.

¹² Ibid., 40.

¹³ Ibid., 29.

¹⁴ Ibid., 30.

¹⁵ Ibid., 449.

¹⁶ Erwin Iserloh, *Wilhelm Emmanuel von Ketteler 1811 – 1877 (Quellentexte zur Geschichte des Katholizismus)* Paderborn, entre outros 1990, 117.

¹⁷ Ketteler, (Nota nr. 4), 438.

¹⁸ Marx (Nota nr. 2), 39 seg.

¹⁹ A citação é de um artigo de Blüm para a revista *Focus*, do ano de 1998. Permanece disponível online no endereço: http://www.focus.de/politik/deutschland/standpunkt-sozialpolitik-ist-mehr-als-ein-lazarettwagen_aid_169601.html (acessado em 04.11.2011).

²⁰ Conf. *Chancengerechte Gesellschaft. Leitbild für eine freiheitliche Ordnung (Die deutschen Bischöfe. Kommission für gesellschaftliche und soziale Fragen, Nr. 34)*, Bonn 2011.

Sobre o autor

Dr. Arnd Küppers é Vice-Diretor da Central Católica de Ciências Sociais em Mönchengladbach.